

PLANO OPERACIONAL

2025



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna



PLANO OPERACIONAL

2025



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna



Expediente

1ª EDIÇÃO

Novembro de 2024.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

DISPONÍVEL EM

<https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria/>

CONTATO

auditoria@stj.jus.br
Telefone: 3319-9693

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ana Paula Santana da Silva

ELABORAÇÃO**Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna**

Agma Cristina Santos Saraiva Castello

Emilia de Abreu Araújo Rodrigues

Jéssica Fernandes de Oliveira

COLABORAÇÃO**Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações**

Diocésio Sant'Anna da Silva

Coordenadoria de Auditoria de Pessoal

Rejane Ribeiro Mangabeira

Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão

Eduardo Martins dos Santos

Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação

Wadson Sampaio Pereira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Multimeios



Apresentação

Nos últimos anos, a Auditoria Interna, cujo negócio é “prestar serviços independentes e objetivos de avaliação e consultoria, criados para agregar valor e melhorar as operações da organização, tem se tornado um recurso fundamental ao apoio à governança institucional, uma vez que contribui para o avanço na eficácia do sistema organizacional.

Nesse sentido, a Secretaria de Auditoria Interna (AUD) do STJ envida esforços para aprimorar o processo de planejamento dos serviços prestados às unidades auditadas, com o intuito de traduzir, na prática, as ações a serem executadas.

Assim, com o objetivo de dar conhecimento à Alta Administração e divulgar, para todo o Tribunal, os trabalhos que serão realizados no próximo exercício, apresenta-se a programação para o ano de 2025. O documento atende as exigências da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, seção IV, a qual define as diretrizes técnicas relativas ao Planejamento das Auditorias.

Este plano operacional elenca o rol de iniciativas das atividades de auditoria interna (auditorias, auditorias nas contas anuais, análises mandatórias, monitoramentos e consultorias em auditoria), das ações de gestão (relacionadas ao Projeto IA-CM e às ações estruturantes para alcançar as metas estabelecidas nos indicadores de desempenho da unidade), bem como das capacitações previstas para o período. ●



Sumário

1	Estrutura da Secretaria	6
2	Organização do Plano	8
2.1	Alocação da força de trabalho	8
2.2	Capacidade da força de trabalho	9
2.3	Matriz de recursos	13
3	Seleção dos objetos de Auditoria	16
3.1	Identificação do universo de Auditoria	16
3.2	Contribuição dos Gestores das Unidades Auditadas	18
3.3	Avaliação dos objetos de Auditoria	18
3.4	Classificação dos objetos de Auditoria	19
3.5	Seleção dos objetos de Auditoria	19
4	Dimensões do Plano	20
4.1	Dimensão atividade de Auditoria Interna	20
4.2	Dimensão Gestão	22
4.3	Dimensão Capacitação	23
	Anexos	24
I	Plano anual de Auditoria – PAA – 2025	24
II	Plano de Gestão – 2025	36
III	Plano de Capacitação e Desenvolvimento da AUD – PACAuD 2025	39

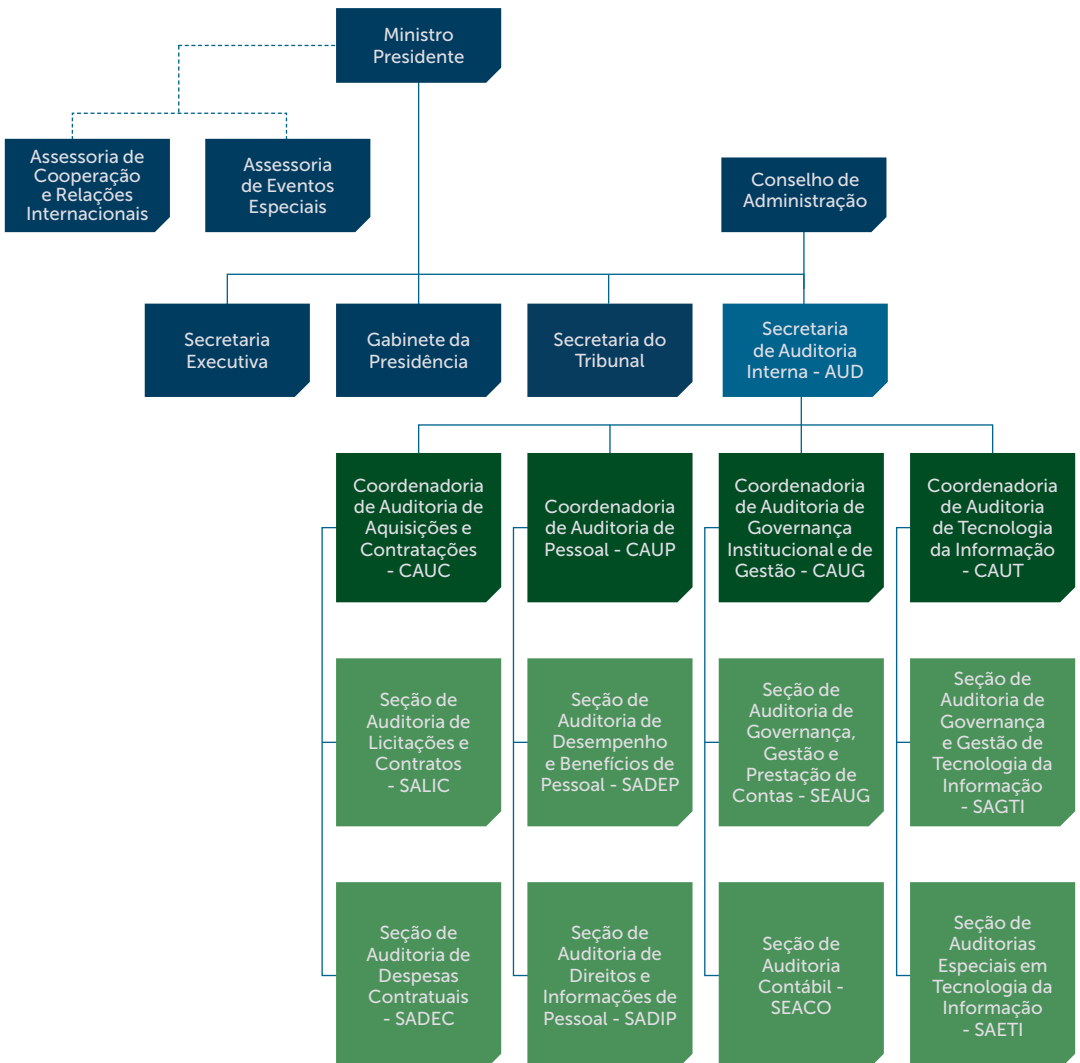
1



Estrutura da Secretaria



Quanto à estrutura organizacional, a AUD se divide em quatro coordenadorias que, por sua vez, se subdividem em duas seções especializadas cada uma, conforme o organograma a seguir:



As atribuições da AUD e de suas subunidades estão descritas, de forma detalhada, no Manual de Organização do STJ. Resumidamente, cada coordenadoria e seu conjunto de seções desempenham os seguintes papéis:

- **Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações – CAUC:** promove avaliações e consultorias em temas, processos e atos relacionados à governança das aquisições, contratações em geral e gestão contratual, exceto as contratações referentes à Tecnologia da Informação - TI.
- **Coordenadoria de Auditoria de Pessoal – CAUP:** promove avaliações e consultorias em temas pertinentes à governança e à gestão de pessoas e analisa os atos de pessoal relativos à admissão, aposentadoria e pensão para fins de registro pelo Tribunal de Contas da União.
- **Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão – CAUG:** promove avaliações e consultorias em temas mais transversais no Tribunal, tais como governança institucional, gestão de riscos, planejamento estratégico, gestão contábil e orçamentária, prestação de contas anuais.
- **Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação – CAUT:** promove avaliações e consultorias em temas relacionados à governança e gestão de TI, bem como contratações e gestão de contratos nessa área. ●



2

Organização do Plano

O Plano Operacional da AUD é o principal instrumento de execução do Plano Diretor 2022–2025 e contém o conjunto das ações e a programação das atividades de auditoria interna para um exercício. Ele contempla o **Plano Anual de Auditoria** – PAA, exigido pela Resolução CNJ n. 309 de 11 de abril de 2020 (**Anexo I**); o **Plano de Gestão**, que engloba as ações do projeto IA-CM e as ações estruturantes para a gestão (**Anexo II**); e o **Plano de Capacitação** da AUD, que elenca as principais informações necessárias para as capacitações dos seus servidores (**Anexo III**).

2.1 Alocação da força de trabalho

A força de trabalho da Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de 2025 será distribuída com base em quatro dimensões de atuação: atividades de auditoria interna, ações de gestão, ações de capacitação e reserva técnica.

Com o intuito de otimizar a alocação da força de trabalho, a AUD utiliza a escala de medida da força de trabalho denominada **Profissional Dia Auditoria** – **PDA**, que corresponde ao esforço de um dia de trabalho de um servidor da Secretaria de Auditoria Interna.

A força de trabalho da Secretaria desempenha tanto as atividades finalísticas como as administrativas. Assim, a métrica **PDA** não foi utilizada somente com a finalidade de mensurar o esforço necessário para desenvolver as iniciativas relacionadas às atividades de auditoria interna, mas também para conduzir as ações de gestão da unidade e de capacitação das equipes.

Para definir a quantidade de PDAs disponíveis em cada subunidade da Secretaria, no exercício, foram consideradas os seguintes critérios:

- a. na apuração **dos dias úteis no ano**, eliminou-se a média dos períodos de afastamento dos servidores ocorridos nos três exercícios anteriores ao de elaboração deste plano e o período correspondente a direitos assegurados por lei (férias, licença-capacitação, afastamentos para tratamento de saúde etc.);
- b. na apuração **da força de trabalho da Secretaria**, excluíram-se do cômputo os ocupantes dos cargos de secretário e de coordenador, bem como dos servidores lotados no Gabinete, já que exercem atribuições de supervisão, coordenação, assessoramento e suporte às atividades da AUD.

Com base nesses critérios, fez-se o levantamento dos PDAs disponíveis para alocação nas ações que compõem este Plano Operacional. O quadro a seguir demonstra a maneira como foi realizado esse cálculo.

Apuração dos dias úteis	Apuração da força de trabalho da AUD
Total de dias úteis do ano (-) Média dos afastamentos	Quantidade de servidores da Secretaria (-) Secretário, Coordenadores (-) Servidores do Gabinete
= Dias úteis líquidos	= Força de trabalho disponível
Apuração dos PDAs disponíveis	
PDAs = Dias úteis líquidos X Força de trabalho disponível	

Assim, para o exercício de 2025, foram considerados **194** dias úteis líquidos e **30** servidores disponíveis para a execução das ações do plano, resultando em **5.044** Profissionais Dia Auditoria.

Na tabela a seguir, encontram-se demonstrados os percentuais de alocação dos PDAs para cada dimensão de atuação:

	% de PDAs alocados	Número de PDAs alocados	
Dimensões	Atividades de Auditoria Interna	67%	3379
	Gestão	20%	1009
	Capacitação	8%	404
	Reserva Técnica	5%	252

2.2 Capacidade da força de trabalho

A capacidade disponível para cumprimento do Plano Anual de Auditoria – PAA envolve a análise acerca da formação acadêmica da equipe, de sua experiência na atividade de auditoria e o tempo dessa experiência, bem como de certas aptidões para a realização dos trabalhos de auditoria interna.

Dos 26 servidores empenhados na execução do PAA, 25 servidores possuem graduação (96,15%), sendo que 23 desses servidores possuem pós-graduação (83,46%). As áreas de graduação e especialização podem ser visualizadas nas tabelas abaixo.

Curso de Graduação	Qnt de Analistas	Qnt de Técnicos	Total
Administração	1	3	4
Ciência da Computação	2	0	2
Ciências Contábeis	4	4	8
Engenharia da Computação	1	0	1
Engenharia elétrica	1	0	1

Curso de Graduação	Qnt de Analistas	Qnt de Técnicos	Total
Engenharia Eletrônica	1	0	1
Engenharia Mecânica	0	1	1
Farmácia	1	0	1
Gestão Pública	1	0	1
Nutrição	0	1	1
Processamento de dados	0	1	1
Psicologia	0	0	1
Publicidade e Propaganda	0	1	1
Relações Internacionais	0	1	1
Sistemas de Informação	0	1	1

Obs.: 1 servidor possui 2 graduações.

Pós-graduação Lato Sensu (especializações e MBAs)	Nº de servidores
Análise e Auditoria Contábil	1
Auditoria em Organizações do Setor Público	1
Contabilidade Pública	2
Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	1
Controladoria e Finanças Públicas	1
Controladoria Governamental	1
Direito, Regulação e Políticas Públicas	1
Gestão de Pessoas no Setor Público	1
Gestão de tecnologia da informação na administração pública	1
Gestão e Segurança em Redes de Computadores	1
Gestão Judiciária	1
Gestão Pública	7
Língua Portuguesa com Ênfase em Produção Textual	1
MBA em Administração Financeira	1
MBA em Governança em TI	1
Planejamento e Orçamento Público	1
Segurança da Informação	1
Sistemas de Telecomunicações	1
Tecnologia de Redes de Computadores	1
Língua Portuguesa com Ênfase em Produção Textual	1
Planejamento e Orçamento Público	1
Tecnologia de Redes de Computadores	1

Obs.: 3 servidores possuem 2 pós-graduações lato sensu

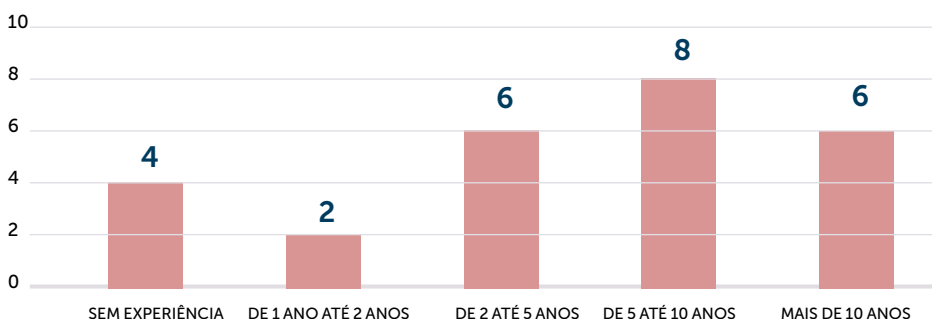
Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado)	Nº de servidores
Ciências Contábeis, controladoria	1

Avaliou-se também a experiência prévia dos servidores na realização de auditorias do Setor Público, auditorias governamentais de Tecnologia da Informação e Comunicação e auditorias financeiras, de acordo com a tabela abaixo:

Tipo de Experiência	Servidores com experiência
Auditoria do Setor Público	20
Auditoria de TIC	6
Auditoria Financeira	16

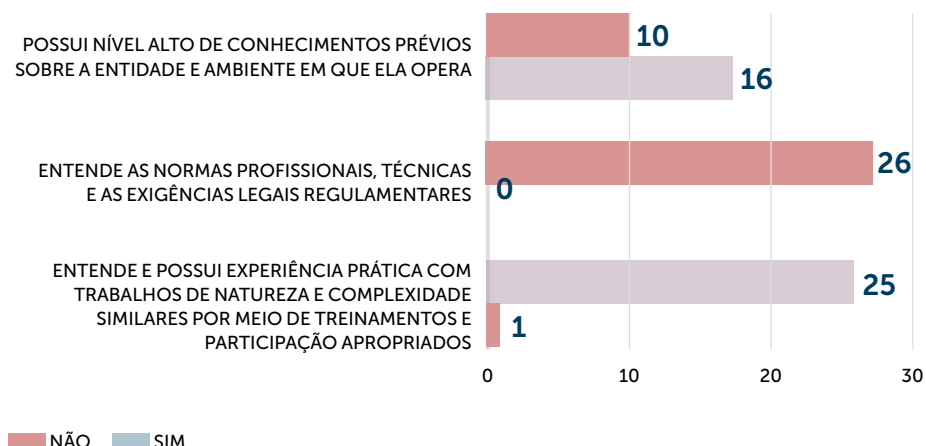
Quanto ao tempo de atuação na AUD, observou-se que a maior parte da equipe tem até 5 anos de experiência, conforme gráfico a seguir:

[GRÁFICO 1] Tempo de experiência em atividades de Auditoria



No que concerne a aptidões adicionais, foram verificados o nível de conhecimentos prévios sobre o STJ e o setor no qual ele opera, o entendimento sobre normas profissionais, técnicas e exigências legais para a realização das auditorias, e a experiência prática com trabalhos de natureza e complexidade similares aos realizadas pela AUD, como evidenciado no gráfico abaixo:

[GRÁFICO 2] Percepção dos Servidores sobre suas Aptidões para Realização das Auditorias



Por fim, para melhorar a qualidade dos trabalhos prestados, a unidade buscará recompor a força de trabalho, que se encontra desfalcada em razão da rotatividade de servidores, bem como complementar as competências da equipe por meio do Plano de Capacitação, constante do [Anexo III](#) deste documento.



2.3 Matriz de recursos

A seguir, são detalhados os recursos necessários à realização das principais atividades da Secretaria de Auditoria Interna para o ano de 2024.

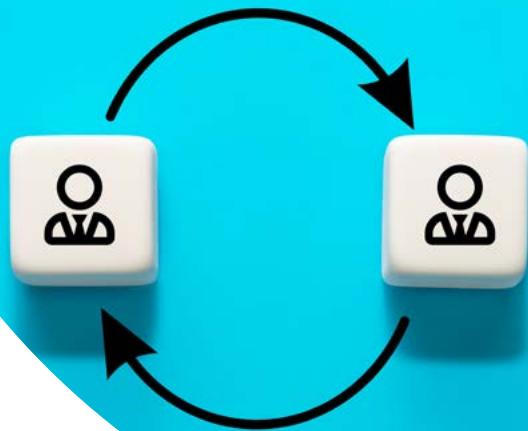
Atividades	Equipe	Recursos Tecnológicos	Materiais	Recursos Técnicos	Infraestrutura
Auditorias	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimentos em: <ul style="list-style-type: none"> » Legislação pertinente ao tema/objeto de auditoria; » Melhores práticas Auditorias relacionadas ao tema; » Auditoria baseada em riscos, tecnologia da informação e comunicação; » Capacidade de análise crítica, habilidades para trabalho em equipe. Habilidades em: <ul style="list-style-type: none"> » Planejamento, mapeamento de processos, comunicação escrita e verbal, boa oratória, didática. 	<ul style="list-style-type: none"> Office 365 enterprise 3; Windows 10 enterprise; SEI (sistema e base de dados); Dicionário Houaiss; Acrobat Pro (editor de PDF); BIZAGI; AZZURE; PROJECT; Administra (sistema e base de dados); Sistema Justiça (sistema e base de dados) Adobe CC; ACCESS; e-Pro; Python e Java Script, Teams, SIAFI Gerencial; SIAFI Operacional; Conecta TCU; e-Pessoal (TCU) SIAFI, Tesouro Gerencial, software de pesquisa em banco de dados. Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); Anaconda / Python VSCode 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Webcam; Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Normas e publicações emitidas pelo TCU, BDJur-STJ, BCAud-STJ, COSO ICIF, COSO ERM, Padrão de Controle Interno dos Estados Unidos (GAO), Critério de Controle do Canadá (CoCo), Princípios de Gerenciamento de Riscos do Reino Unido (Orange Book) e outras estruturas de referência para auditoria governamental, normas de controle interno da administração pública e gestão de riscos institucionais. Normas de Auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Normas de Finanças Públicas, Processos administrativos, normas do CNJ e do STJ, Portal Compras Net; Manual do SIAFI, ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, demais normas aplicadas à Administração Pública.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>
Monitoramentos	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento da auditoria que está sendo monitorada, capacidade de análise crítica para avaliar se as medidas adotadas pela administração atendem às recomendações emitidas, saber pesquisar. Monitoramentos Capacidade de análise crítica, habilidades para trabalho em equipe. Habilidades em: <ul style="list-style-type: none"> » Planejamento, mapeamento de processos, comunicação escrita e verbal. 	<ul style="list-style-type: none"> Office 365 enterprise 3; Windows 10 enterprise; SEI (sistema e base de dados); Dicionário Houaiss; Acrobat Pro (editor de PDF), BIZAGI; PROJECT; Administra (sistema e base de dados); Adobe CC; ACCESS; e Pro; Python e Java Script, Teams, SIAFI Gerencial; SIAFI Operacional; Conecta TCU; e-Pessoal (TCU) SIAFI, Tesouro Gerencial, software de pesquisa em banco de dados; Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); Anaconda / Python; VSCode; 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações; Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Normas e publicações emitidas pelo TCU, BDJur-STJ, BCAud-STJ, COSO ICIF, COSO ERM, Padrão de Controle Interno dos Estados Unidos (GAO), Critério de Controle do Canadá (CoCo), Princípios de Gerenciamento de Riscos do Reino Unido (Orange Book) e outras estruturas de referência para auditoria governamental, normas de controle interno da administração pública e gestão de riscos institucionais. Normas de Auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Normas de Finanças Públicas, Processos administrativos, normas do CNJ e do STJ, Portal Compras Net; Manual do SIAFI, ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, demais normas aplicadas à Administração Pública.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>

Atividades	Equipe	Recursos Tecnológicos	Materiais	Recursos Técnicos	Infraestrutura
Consultorias	<ul style="list-style-type: none"> Requer capacitação em auditoria. Conhecimentos em TIC. Habilidades adicionais como boa oratória ou didática podem ser necessárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Office, Project. Para algumas consultorias, foi necessária a utilização do Pacote Adobe CC (Photoshop, Illustrator, Indesign, Animate, Premiere e Audition). 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações; Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Normas e publicações emitidas pelo TCU, BDJur-STJ, BCAud-STJ, COSO ICIF, COSO ERM, Padrão de Controle Interno dos Estados Unidos (GAO), Critério de Controle do Canadá (CoCo), Princípios de Gerenciamento de Riscos do Reino Unido (Orange Book) e outras estruturas de referência para auditoria governamental, normas de controle interno da administração pública e gestão de riscos institucionais. Normas de Auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Normas de Finanças Públicas, Processos administrativos, normas do CNJ e do STJ, Portal Compras Net; Manual do SIAFI, ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, demais normas aplicadas à Administração Pública.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>
Auditoria nas Contas Anuais do STJ	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimentos em: Legislação pertinente ao tema/objeto de auditoria; <ul style="list-style-type: none"> Melhores práticas Auditoria nas Contas Anuais do STJ relacionadas ao tema; Auditoria baseada em riscos, tecnologia da informação e comunicação; Auditoria contínua; Estatística Capacidade de análise crítica, habilidades para trabalho em equipe. Habilidades em: <ul style="list-style-type: none"> Planejamento, mapeamento de processos, comunicação escrita e verbal. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema e-Contas (TCU); Pacote Office 365; Ferramentas de design gráfico; SEI (sistema e base de dados); ADMINISTRA (sistema e base de dados); INTRANET; INTERNET; BIZZAGI; e-Pro; SIAFI; SQL Server Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); Anaconda / Python; VSCode. 	<ul style="list-style-type: none"> Computadores, monitores e impressora comum; Telefone; Resma de papel, caneta, blocos de anotações. 	<p>Lei n. 8.443/1992; IN TCU n. 84/2020; Decisões Normativas do TCU que dispõem acerca das prestações de contas anuais da Administração Pública Federal publicadas a cada exercício; Guia de elaboração do Relatório de Gestão do TCU e demais portarias ou resoluções do TCU que versem sobre a prestação de contas anuais. ABNT Coleção (ISO's), Cobit, ITIL, BDJur; BCAud; Portal Compras Net; Manual do SIAFI; MCASP 10ª Edição</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>
Análises Mandatórias	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento em: <ul style="list-style-type: none"> Orçamento público, plano de contas da União, relatórios no Tesouro Gerencial, capacidade analítica, LRF, RGF e legislação correlata, contabilidade pública; Aposentadoria, pensão por morte, admissão e benefício especial. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas: <ul style="list-style-type: none"> SIAFI; Tesouro Gerencial; Correio eletrônico; Programa para edição de planilha eletrônica; SEI (sistema e base de dados); SARH (sistema e base de dados); Editor de texto; Access; e-Pessoal (TCU); Dbeaver ou similar (Ferramenta de conexão e manipulação de banco de dados); Anaconda / Python »VSCode 	<ul style="list-style-type: none"> Hardware - computadores conectados à internet; Impressora. Escritório: <ul style="list-style-type: none"> Mesa e cadeira 	<p>Lei de Responsabilidade Fiscal, manual dos demonstrativos fiscais, plano de contas da União, normas do TCU, normas do CNJ, normativos internos do STJ e processos administrativos alusivos à área de pessoal.</p>	<p>Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.</p>

Atividades	Equipe	Recursos Tecnológicos	Materiais	Recursos Técnicos	Infraestrutura
Execução do Plano de Gestão - Anexo II	<ul style="list-style-type: none">Habilidades em planejamento, gestão de projetos, indicadores e metas, gestão de equipes, emissão de relatórios, comunicação; processos de trabalho, uso de ferramentas do Office 365, SEI. Conhecimento do Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IA-CM).	<ul style="list-style-type: none">Ferramentas do Office 365;Correio eletrônico.	<ul style="list-style-type: none">Computadores, monitores, telefones.	Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IACM) do IIA; normas de auditoria; normas do STJ.	Salas das coordenadorias de auditoria ou ambiente adequado à realização de teletrabalho.

Fonte: elaborado pela AUD.●

3



Seleção dos objetos de Auditoria

0

processo de escolha dos objetos a serem auditados no exercício de 2025 abrangeu as seguintes etapas:



3.1 Identificação do universo de Auditoria

A identificação do universo de auditoria consiste na seleção dos objetos sobre os quais a atividade de auditoria interna do STJ tem legitimidade para atuar, de modo a avaliá-los quanto aos aspectos operacionais, financeiros e de conformidade.

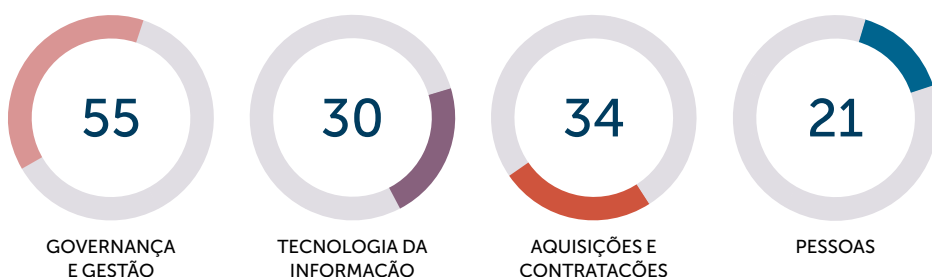
O universo de auditoria, utilizado em 2021, foi revalidado em 2024 e atualizado. Ele representa quase a totalidade dos objetos atuais que a AUD pode auditar.



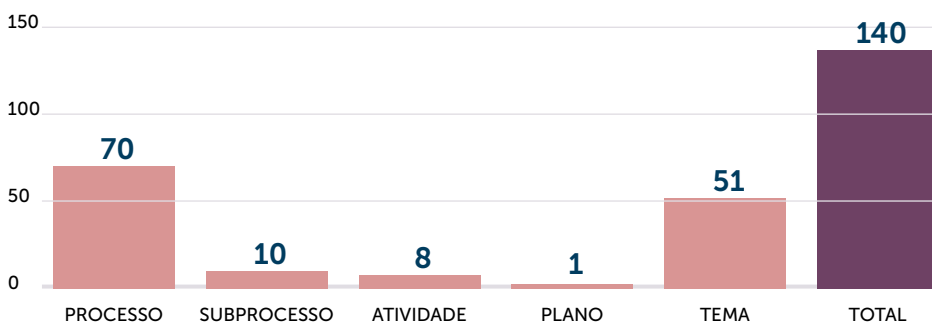
Para o ano de 2025, a definição dos objetos de auditoria confirmou 140 objetos passíveis de avaliação pelas subunidades da Secretaria de Auditoria Interna. Os gráficos a seguir representam a distribuição dos objetos:

- por área temática – **Gráfico 3**;
- em termos da classe à qual pertencem – **Gráfico 4**; e
- quanto aos macroprocessos organizacionais com os quais se relacionam – **Gráfico 5**.

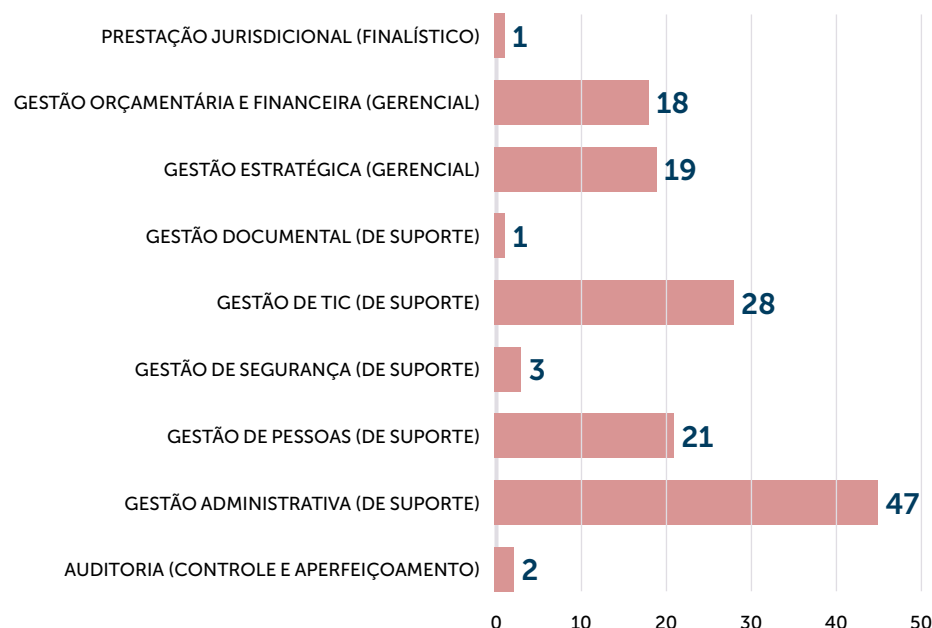
[GRÁFICO 3] Distribuição dos objetos por área temática



[GRÁFICO 4] Classes dos objetos - 2024



[GRÁFICO 5] Distribuição dos objetos por macroprocessos - 2024



3.2 Contribuição dos Gestores das Unidades Auditadas

- a. Os gestores das unidades auditadas participaram da elaboração do Plano Operacional da AUD por intermédio de respostas ao Questionário de Interesse da Gestão, aplicado em setembro de 2024, que aferiu o grau de importância do objeto de auditoria, de acordo com a percepção da unidade auditada responsável pelo objeto. Dessa pesquisa resulta o fator homônimo *Interesse da Gestão*, o qual compõe o critério Relevância.

Dessa forma, cabe esclarecer que os fatores acima integram parte do cálculo do Indicador de Significância do Objeto – ISO, o qual define a classificação dos objetos auditáveis conforme o Método de Avaliação do Universo de Auditoria prevê e que se encontra detalhado nos tópicos seguintes.

3.3 Avaliação dos objetos de Auditoria

Identificado o universo auditável e considerando as respostas dos gestores aos questionários aplicados, avaliou-se cada objeto de auditoria com base no **Método de Avaliação do Universo de Auditoria**, cujos critérios de exame são:



Materialidade: dimensiona a magnitude dos valores orçamentários, financeiros ou patrimoniais relacionados ao objeto.



Risco: é a possibilidade de que um evento ocorra e impacte os objetivos relacionados ao objeto de auditoria. No método acima mencionado, a avaliação dos objetos quanto ao risco considera a maturidade dos controles internos e da gestão de riscos, o lapso temporal entre auditorias e o risco à imagem.



Relevância: pondera a importância do objeto no cumprimento das metas nacionais do CNJ, na missão e nos objetivos estratégicos do STJ, bem como nos objetivos das unidades do Tribunal.

Para o exercício de 2025, a equipe de gestores da AUD ratificou os objetos atinentes às respectivas áreas de atuação quanto aos critérios Relevância, Risco e Materialidade, considerando os fatores como *Interesse da Auditoria Interna*, *Exigências de Instâncias Externas*, *Abrangência Institucional*, *Vinculação ao Plano Estratégico Institucional*, *Maturidade dos Controles Internos*, *Maturidade da Gestão de Riscos*, *Lapso Temporal entre Fiscalizações*, *Risco de Imagem* e *Magnitude Financeira*.

3.4 Classificação dos objetos de Auditoria

Após a avaliação, classificaram-se os objetos de auditoria em ordem decrescente dos valores obtidos no Indicador de Significância do Objeto (ISO)¹. Em síntese, o referido indicador é resultante da soma ponderada das notas atribuídas aos fatores avaliados. A tabela abaixo especifica a estrutura e os pesos dos critérios e fatores de avaliação:

Critérios	Peso	Pontuação máxima do critério	Fatores de avaliação	Peso do fator na formação do critério
Materialidade	20%	5	Magnitude Financeira (MFI)	1,0
			Maturidade dos Controles Internos e da Gestão de Riscos (MCIGR)	0,6
Risco	35%	5	Lapso Temporal entre Auditorias (LTA)	0,2
			Risco à imagem (IMA)	0,2
			Interesse da Gestão (IGE)	0,1
			Interesse da Auditoria Interna (IAI)	0,3
Relevância	45%	5	Exigências de Instâncias Externas (EIE)	0,3
			Abrangência Institucional (AIN)	0,1
			Vinculação ao PEI (PEI)	0,2

Fonte: Método de avaliação do universo de auditoria

3.5 Seleção dos objetos de Auditoria

Após a classificação estabelecida na fase anterior, cada subunidade da AUD apresentou os objetos sobre os quais atuará no exercício de 2025, elencando-os nas tabelas do [Anexo I](#) deste Plano Operacional conforme a disponibilidade de PDAs.

Com base neste método de avaliação do universo de auditoria, a seleção dos objetos que constarão no PAA deve respeitar a ordem de classificação definida pelo ISO, exceto quando a unidade de auditoria justificar a escolha de objetos distintos daqueles que foram mais bem ranqueados.●

1 A atualização da avaliação do universo de auditoria realizada em 2024 consta no anexo do Plano Diretor AUD 2023-2025 – 3ª Revisão, disponível em <https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria/>.

4

Dimensões do Plano

4.1 Dimensão atividade de Auditoria Interna

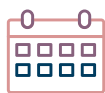
C

onsiste na indicação dos trabalhos da área-fim da Secretaria que serão executados por suas subunidades no transcorrer do exercício e corresponde ao Plano Anual de Auditoria de 2025.

No âmbito desta Secretaria de Auditoria Interna consideram-se atividades de auditoria os processos de avaliação e de consultoria, subdivididos nas seguintes modalidades:



Auditoria: avaliação de determinado macroprocesso ou processo da gestão, executada conforme metodologia preestabelecida, da qual resulta relatório com as constatações da equipe de auditoria e recomendações de ações e providências para os gestores das áreas auditadas.



Auditoria nas Contas Anuais do STJ: compreende um conjunto de avaliações, análises e emissão de relatórios que comporão o processo de prestação de contas do STJ, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.



Levantamento: ação de controle utilizada para que a equipe de auditoria e a Secretaria como um todo conheça determinado macroprocesso, tema ou área objeto de sua atuação, sendo esse conhecimento utilizado para o planejamento de outras ações de controle, como a auditoria. Normalmente, não são feitas recomendações a partir dos levantamentos efetuados.



Análises Mandatórias: análises que a unidade de auditoria interna deve fazer por força de comando legal ou constitucional, quando do exercício do papel de órgão de controle interno de sistema previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e em atendimento a comando legal ou normativo, especialmente da Lei Complementar n. 101/200, da Lei n. 8.443/1992 e da Resolução TCU n. 246/2011 (Regimento Interno/TCU).



Monitoramento: ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela AUD em trabalhos de auditoria. Em determinadas situações, pode haver diversos monitoramentos para uma auditoria, até a solução das recomendações.



Consultoria: atividade de aconselhamento fornecida pela Auditoria Interna à Alta Administração com a finalidade de agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos institucionais, sem que haja comprometimento da independência e autonomia do auditor interno governamental na realização de suas atividades.

As atividades de auditoria interna previstas para 2025 foram detalhadas no **Anexo I** deste documento, classificadas por modalidade, levando-se em consideração a disponibilidade de aproximadamente **67%** do total de PDAs, correspondendo a **3.764 Profissionais Dia Auditoria** para atuação da Secretaria de Auditoria Interna.

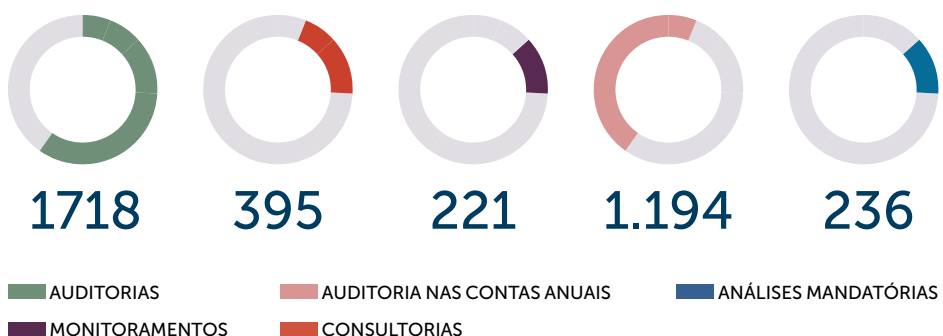
Do total de PDAs definidos para as atividades de auditoria, **(1.194)** foram destinados para o cumprimento das ações que compõem a auditoria de contas anuais (**Anexo I – Parte B**), em razão da relevância desse trabalho, determinado pela IN TCU n. 84/2020.

Os trabalhos da AUD são distribuídos em 4 modalidades: auditorias (e auditoria de contas anuais), monitoramentos, consultorias e análises mandatórias.

Para o ano de 2025 estão previstas 15 auditorias, sendo 27 ações referentes à Prestação de Contas Anuais, 16 monitoramentos e 6 consultorias. No tocante às análises mandatórias são avaliados 3 Relatórios de Gestão Fiscal e todos os atos e processos administrativos sujeitos a registro no TCU, não sendo possível antecipar o quantitativo anual desses processos.

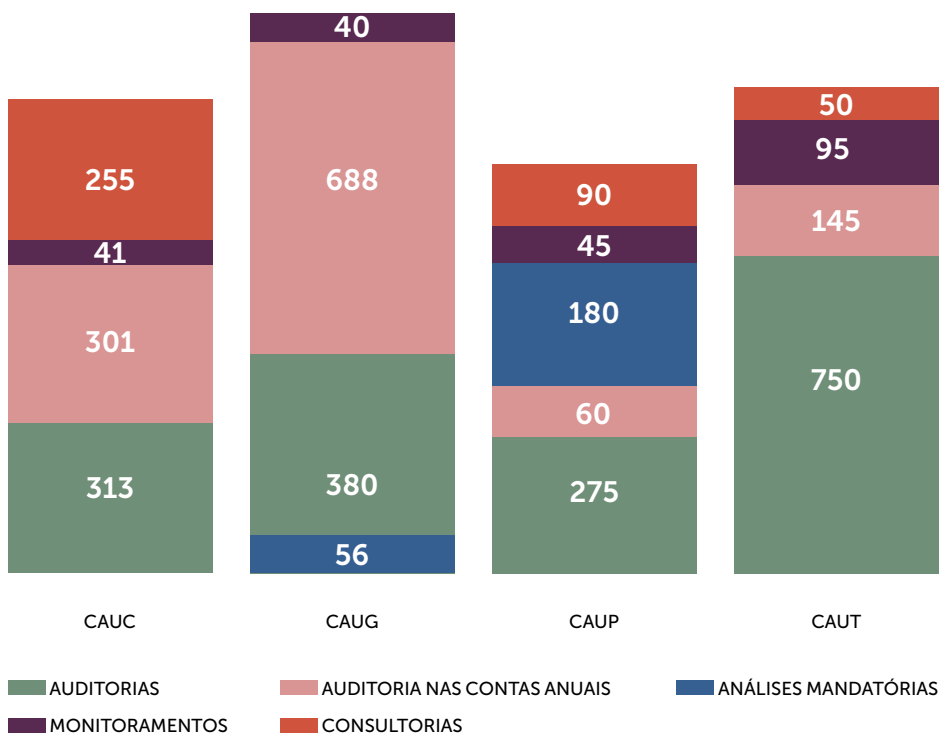
O gráfico a seguir permite visualizar a distribuição das avaliações por modalidade.

[GRÁFICO 6] Quantidade de PDAs por modalidade de avaliação



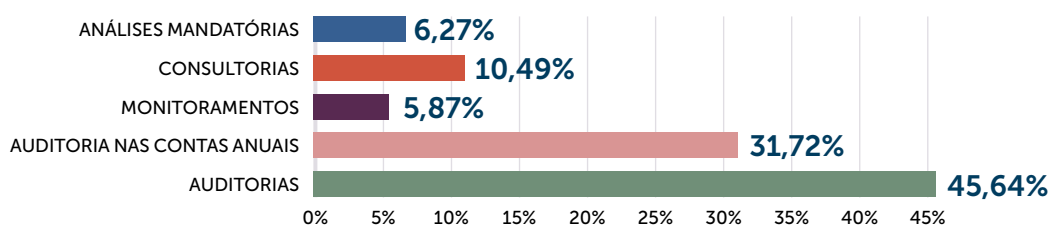
A seguir, evidencia-se a destinação de PDAs, por modalidade de avaliação, nas coordenadorias:

[GRÁFICO 7] PDAs por Coordenadoria X Modalidade de avaliação



Por fim, o gráfico a seguir mostra o percentual geral de PDAs destinado a cada modalidade de avaliação:

[GRÁFICO 8] Distribuição de PDAs por modalidade (%)



4.2 Dimensão Gestão

A Dimensão Gestão tem como objetivo desenvolver e fortalecer a atuação da atividade de auditoria interna do Tribunal em relação aos processos de trabalho, às relações institucionais, à normatização da atividade de auditoria interna e ao alinhamento aos padrões internacionais.

Esta dimensão contempla o conjunto de ações que serão executadas no exercício, as quais estão vinculadas aos objetivos estratégicos da AUD e diretamente relacionadas ao projeto estratégico denominado IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna) e às iniciativas estruturantes necessárias para execução e aprimoramento das atividades da unidade de Auditoria Interna.

Dessa forma, foram reservados 20% da força de trabalho disponível para o ano de 2025, equivalente a **1.009 PDAs**, para a realização das ações constantes no [Anexo II](#) deste documento.

4.3 Dimensão Capacitação

A Dimensão Capacitação tem como finalidade apresentar os programas de capacitação e desenvolvimento de seus auditores, com o objetivo de impulsionar o cumprimento da missão e a realização das estratégias do Tribunal, às quais a AUD deve se manter alinhada por intermédio de seu Plano Diretor

Para o exercício de 2025, foram previstos 317 PDAs para 26 servidores da AUD, não incluindo neste cálculo os ocupantes dos cargos de Secretário e de coordenadores, bem como os servidores do gabinete. Esse total corresponde a 8% da força de trabalho disponível para o ano.

Foram selecionadas 14 ações de capacitação que subsidiarão no desenvolvimento dos conhecimentos dos seus colaboradores. Os cursos, que podem ser presenciais ou à distância, contemplam a área temática das quatro subunidades, também abrangendo assuntos de interesse dos servidores do gabinete da AUD.

Ressalte-se que a execução do plano de capacitação dos servidores da AUD segue as diretrizes do Centro de Formação e Gestão Judiciária, inclusive quanto à contratação das ações e à disponibilização das vagas.●



Anexos

Anexo I Plano anual de Auditoria – PAA – 2025

Posto que os trabalhos finalísticos da AUD contribuem para o aperfeiçoamento dos aspectos de governança, gestão de riscos e controles internos dos objetos que se propõe a avaliar, tem-se que as ações inclusas nas tabelas do [Anexo I – PAA](#) (Auditorias, Auditoria nas Contas Anuais do STJ, Análises Mandatórias, Monitoramentos e Consultorias) cooperam, primariamente, com o objetivo estratégico do STJ de **“Aprimorar a governança institucional”**.

Como desdobramento do designio acima, a Secretaria de Auditoria Interna elaborou, no Plano Diretor 2022-2025², o mapa estratégico-setorial da AUD com objetivos próprios da unidade. Dessa forma, serão demonstrados os objetivos setoriais e respectivos indicadores para os quais contribuem cada ação de auditoria.

As ações das tabelas do [Anexo I](#) (Parte A – Auditorias, Parte B – Auditoria nas Contas Anuais do STJ, Parte C – Análises mandatórias, Parte D – Monitoramentos e Parte E – Consultorias) vinculam-se, principalmente, ao objetivo estratégico da AUD de **“Contribuir para a governança, a gestão de riscos e os controles internos no Tribunal”**, bem como cooperam para o objetivo de **“Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD”** e suprem o indicador de **“Realização do PAA”**. Ademais, as ações contidas na tabela Parte E – Consultorias têm relação com o objetivo da AUD de **“Aprimorar a função consultoria da Auditoria Interna”** e o respectivo indicador **“Desenvolver a função consultoria da Auditoria Interna”**.



² Plano Diretor AUD 2022-2025 – 1ª revisão disponível em <https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/planos-de-auditoria/>.

A - Auditorias

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Gestão e fiscalização de contratos	CAUC	SADEC	SAD	03/03/2025	29/08/2025	120	Avaliar a padronização da gestão e fiscalização de contratos de terceirização.	Oferecer asseguração quanto à redução do risco de responsabilização subsidiária ou solidária do STJ decorrente do descumprimento de obrigações previdenciárias, trabalhistas e/ou fundiária por parte das empresas contratadas para com os funcionários terceirizados.
2	Planejamento de Contratações e Aquisições	CAUC	SALIC	SAD	01/02/2025	31/07/2025	125	Auditoria para avaliar o planejamento das contratações o STJ em conformidade com a legislação vigente, observando a promoção do desenvolvimento sustentável.	"Os principais benefícios da auditoria são a melhoria na organização administrativa, melhoria dos controles internos e a adequada alocação dos recursos públicos."
3	Procedimentos Licitatórios - Preventiva 2024	CAUC	SALIC	SAD	07/01/2025	31/03/2025	3	"Continuação da Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2024 - Elaboração do despacho final."	"O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas."
4	Procedimentos Licitatórios - Preventiva 2025	CAUC	SALIC	SAD	01/03/2025	31/12/2025	65	"A Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2025."	"O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas."
5	Folha de pagamento	CAUP	SADIP		03/02/2025	19/12/2025	35	Avaliar, mensalmente, em 2025 os lançamentos efetuados na folha de pagamento mediante o uso de conferências automatizadas, com vistas a identificar de forma tempestiva possíveis inconsistências.	Assegurar, de maneira automatizada, a regularidade dos valores lançados mensalmente em 2025 na folha de pagamento por meio das rubricas selecionadas pela CAUP.
6	Aposentadorias e Pensões sem paridade	CAUP	SADIP	SINPE	03/02/2025	30/06/2025	140	Avaliar os procedimentos adotados pela Administração no reajuste das aposentadorias e das pensões concedidas sem paridade no STJ.	Garantir que os reajustes de aposentadorias e de pensões sem paridade foram realizados em conformidade com os normativos.
7	Gestão de Pessoas	CAUP	SADEP	SGP	01/04/2025	31/08/2025	100	"A gestão de pessoas é um ativo de uma instituição, visto que ela é responsável por atrair, desenvolver e reter talentos essenciais para alcançar os objetivos estratégicos do órgão. Dito isso, é necessário avaliar e compreender seus objetos, a fim de verificar se as competências dos colaboradores estão alinhadas às metas institucionais, promovendo inovação, eficiência e adaptabilidade."	Fortalecer a governança e a gestão de pessoas e promover um ambiente íntegro, transparente e saudável ao corpo funcional do STJ.

A - Auditorias

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
8	Auditoria de Governança de Inteligência Artificial	CAUT	SAGTI	STI	03/02/2025	30/05/2025	60	Avaliar as práticas e controles internos, no contexto dos sistemas de IA, seja no uso, desenvolvimento, monitoramento ou fornecimento de produtos e serviços baseados nos princípios.	Agregar valor ao Tribunal fomentando o aprimoramento dos processos e sistemas de IA observando o uso dirigente da IA, a transparência, a segurança e a gestão de riscos.
9	Auditoria de Governança de Inteligência Artificial	CAUT	SAETI	STI	03/02/2025	30/05/2025	120	Agregar valor ao Tribunal fomentando o aprimoramento dos processos e sistemas de IA observando o uso dirigente da IA, a transparência, a segurança e a gestão de riscos.	Agregar valor ao Tribunal fomentando o aprimoramento dos processos e sistemas de IA observando os princípios da ética, da rastreabilidade e da eficiência no uso de recursos.
10	Procedimentos licitatórios - Preventiva 2025	CAUT	SAGTI	STI	13/01/2025	18/12/2025	30	"A Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2025"	"Correção tempestiva dos possíveis desvios e fragilidades, na fase preparatória das licitações, em observância com as normas e com a jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas."
11	AUDPrevine - Sistema de Auxílio a Auditoria*	CAUT	SAGTI	STI	07/01/2025	18/12/2025	295	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o AUDPrevine; Desenvolvimento de novas trilhas para Auditoria Contínua e Auditoria Preventiva; Manutenções corretivas e preventivas.	Melhoria dos processos de auditoria; Aumento da capacidade operacional e diminuição de Riscos no processos internos da AUD.
12	Gestão Patrimonial do STJ - Fomentar a prestação de contas	CAUG	SEACO	SAD	07/04/2025	14/11/2025	180	Analisar a conformidade da gestão patrimonial do STJ. Fomentará a prestação de contas.	Agregar valor e transparência para o STJ bem como auxiliar na auditoria de contas de 2025.
13	Gestão Patrimonial do STJ - Fomentar a prestação de contas	CAUG	SEAUG	SAD	07/04/2025	14/11/2025	160	Analisar a conformidade da gestão patrimonial do STJ. Fomentará a prestação de contas.	Agregar valor e transparência para o STJ bem como auxiliar na auditoria de contas de 2025.
14	Ação Coordenada CNJ - Exercício 2025	CAUG	SEAUG	STJ e GSP	03/03/2025	27/06/2025	40	Avaliar a aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o controle e a destinação dos aludidos recursos, aplicando as ferramentas metodológicas apropriadas para aferir as práticas atuais, bem como orientar intervenções que garantam a publicidade e a transparência dos atos.	Assegurar a publicidade e transparência na Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores.
15	AUDPrevine - Sistema de Auxílio a Auditoria*	CAUT	SAETI	STI	07/01/2025	18/12/2025	245	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o AUDPrevine; Desenvolvimento de novas trilhas para Auditoria Contínua e Auditoria Preventiva; Manutenções corretivas e preventivas.	Melhoria dos processos de auditoria; Aumento da capacidade operacional e diminuição de Riscos no processos internos da AUD

*A ação denominada AudPrevine incluída na atividade de auditoria tem como objetivo a automação do processo de auditoria. Para alcançar esses objetivos, será elaborado um plano de ação específico, que orientará a implementação das automações necessárias, para assegurar maior eficiência e efetividade nos trabalhos.

B - Auditoria nas Contas Anuais

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Execução e conclusão da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUG	SEACO	STJ	01/07/2024	14/03/2025	80	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
2	Execução e conclusão da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUG	SEAUG	STJ	01/07/2024	14/03/2025	40	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
3	Execução e conclusão da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUC	SADEC	SIS	07/01/2025	28/02/2025	20	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2024 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
4	Execução e conclusão da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUC	SALIC	SAD	07/01/2025	28/02/2025	14	Continuação da execução e conclusão da prestação de contas - exercício 2024 - Insumo originado da Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2024 - Elaboração do despacho final.	"O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas."
5	Execução e conclusão da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUP	SADIP	SGP	07/01/2025	31/03/2025	10	Trata-se da auditoria nas contas anuais de 2024 a qual será concluída até 31/3/2025.	

B - Auditoria nas Contas Anuais

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
6	Execução e conclusão da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUT	SAGTI	STI	07/01/2025	28/02/2025	40	Continuação da execução e conclusão da prestação de contas - exercício 2024 - Insumo originado da Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2024 - Elaboração do despacho final	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
7	Elaboração e publicação do Relatório de auditoria de contas – exercício 2024	CAUG	SEAUG	STJ	07/01/2025	14/03/2025	28	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
8	Elaboração e publicação do Relatório de auditoria de contas – exercício 2024	CAUG	SEACO	STJ	03/02/2025	14/03/2025	28	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
9	Elaboração e Publicação do Relatório de Auditoria de Contas - Exercício 2024	CAUC	SALIC	SAD	01/03/2025	31/03/2025	14	Elaboração e Publicação do Relatório de Auditoria de Contas - Exercício 2024.	"O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas "
10	Elaboração e publicação do Relatório de auditoria das contas - exercício 2024	CAUT	SAGTI	STI	01/03/2025	31/03/2026	35	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2024 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
11	Análise de pontos relevantes detectados na auditoria de contas 2024	CAUG	SEACO	STJ	01/07/2025	28/02/2026	48	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

B - Auditoria nas Contas Anuais

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
12	Organização dos Papéis de trabalho da Prestação de Contas - exercício 2024	CAUG	SEAUG	AUD	10/07/2024	30/04/2025	22	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
13	Análise Checklist IN TCU 84/2020	CAUG	SEAUG	STJ	01/04/2025	15/04/2025	26	Avaliar a aderência às determinações do TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
14	Organização/Planejamento inicial do Processo de Prestação de Contas - exercício 2025	CAUG	SEAUG	STJ	03/07/2025	30/04/2026	18	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
15	Levantamento das contas contábeis e cálculo da relevância/Materialidade - exercício 2025	CAUG	SEACO	STJ	01/07/2025	31/07/2025	24	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
16	Ciclo Gestão de Pessoal (execução orçamentária) - Planejamento e Execução	CAUG	SEACO	SOF; SAD e SGP	11/08/2025	28/02/2026	80	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

B - Auditoria nas Contas Anuais

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
17	Ciclo Gestão Administrativa (execução orçamentária) -Planejamento e Execução	CAUG	SEACO	SOF; SAD e STI	01/08/2025	28/02/2026	80	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
18	Ciclo Patrimonial-Planejamento e execução - exercício 2025	CAUG	SEACO	STJ	01/08/2025	28/02/2026	80	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
19	Ciclo Precatório - Planejamento e execução - exercício 2025	CAUG	SEACO	STJ	01/08/2025	28/02/2026	80	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
20	Ciclo Precatório - Planejamento e execução - exercício 2025	CAUG	SEAUG	STJ	01/08/2025	28/02/2026	30	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
21	Planejamento e execução da auditoria de contas - exercício 2025	CAUC	SADEC	SAD	01/06/2025	19/12/2025	160	Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2025 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
22	Elaboração dos Papéis de trabalho da Prestação de Contas - exercício 2025	CAUC	SALIC	SAD	01/07/2025	30/09/2025	28	Elaboração e/ou atualização dos papéis de trabalho.	O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas

B - Auditoria nas Contas Anuais

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade auditada	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
23	Ciclo Gestão Administrativa (Conformidade) -Planejamento e Execução - exercício 2025	CAUC	SALIC	SAD	01/08/2025	31/03/2026	65	Insumo originado da Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2025 - Elaboração do despacho final.	O principal objetivo é a correção tempestiva dos possíveis erros e irregularidades, na fase preparatória, em observância as normas e jurisprudência correlatas para subsidiar o Relatório da Prestação de Contas
24	Elaboração dos Papéis de trabalho da Prestação de Contas - exercício 2025	CAUP	SADIP		01/08/2025	19/12/2025	50	Auditoria de contas referente ao exercício de 2025, com a elaboração dos papéis de trabalho e análise das divergências detectadas pelas trilhas de auditoria afetos à área de pessoal.	
25	Elaboração dos Papéis de trabalho da Prestação de Contas - exercício 2025	CAUT	SAETI	STI	01/07/2025	30/09/2025	30	Elaboração e/ou atualização dos papéis de trabalho.	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
26	Ciclo Gestão Administrativa (Conformidade) -Planejamento e Execução - exercício 2025	CAUT	SAGTI	STI	01/08/2025	31/03/2026	40	"- Insumo originado da Auditoria de procedimentos licitatórios - preventiva tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados pela Administração do STJ quanto à instrução inicial dos autos dos processos referente às aquisições de bens e contratação de prestação de serviços- 2025 - Elaboração do despacho final "	Controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.
27	Organização dos Papéis de trabalho da Prestação de Contas - exercício 2025	CAUG	SEACO	STJ	01/07/2025	30/04/2026	24	Avaliar a exatidão e a completude das demonstrações financeiras e sua aderência a leis, regulamentos e padrões contábeis, bem como verificar a conformidade dos procedimentos e os elementos de conteúdo definidos pelo TCU em atos normativos da prestação de contas anuais, garantindo transparência e confiabilidade. Documentar os produtos dessa avaliação.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

C - Análises Mandatórias

Item	Ação	Unidade Responsável		Unidade (s) auditada (s)	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Analisar os atos sujeitos a registro no TCU e seus respectivos processos administrativos	CAUP	SADIP	STJ	07/01/2025	19/12/2025	140	"Emitir parecer sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria e pensão por morte, bem como encaminhar essas informações ao Tribunal de contas da União – TCU para fins de apreciação e registro (110 PDA's). Dentre as análises previstas nos atos de pessoal, consta a ratificação dos valores concedidos a título de Benefício Especial, que são assegurados a servidores que optaram por migrar para o regime de previdência complementar (30 PDA's)."	Assegurar que as informações contidas nos atos de pessoal estejam corretas quando forem encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.
2	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal	CAUP	SADEP	SGP	07/01/2025	19/12/2025	40	Avaliar a conformidade do RGF em relação às "Despesas com Pessoal não Executadas".	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal com valores corretos em termos de "Despesas com Pessoal não Executadas".
3	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre 2025	CAUG	SEACO	SOF	15/05/2025	23/05/2025	16	Avaliar a conformidade do RGF.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
4	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre 2025	CAUG	SEACO	SOF	15/09/2025	25/09/2025	20	Avaliar a conformidade do RGF.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.
5	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2024	CAUG	SEACO	SOF	15/01/2025	24/01/2025	20	Avaliar a conformidade do RGF.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

D - Monitoramentos

Unidade monitorada	Período previsto de realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
SAD e SELOG	07/01/2025	31/01/2025	5	Auditoria com objetivo de avaliar, com base em riscos, a contratação, a concessão e a prestação de contas da utilização de diárias e passagens aéreas a colaboradores, servidores e magistrados do Superior Tribunal de Justiça – STJ e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam.	Padronização de rotinas e procedimentos, mitigação do risco de aquisição de passagens mais onerosas e de autorização de deslocamentos antieconômicos, redução de custos operacionais, de descumprimento de prazos e de retrabalhos; otimização dos serviços prestados; alteração da forma de pagamento da contratação, criação de mecanismos de revisão das atividades realizadas, aquisição ou desenvolvimento de um sistema próprio para gestão das passagens aéreas, redução de erros e de informações equivocadas com consequente aumento da segurança e confiabilidade das informações.
SAD e SOF	03/03/2025	31/03/2025	5	Avaliar a gestão das garantias exigidas das empresas contratadas.	Oferecer asseguração quanto à adequação do processo de gestão das garantias contratuais.
SAD e SOF	01/08/2025	29/08/2025	5	Avaliar a gestão das garantias exigidas das empresas contratadas.	Oferecer asseguração quanto à adequação do processo de gestão das garantias contratuais.
SAD	01/12/2025	18/12/2025	5	A gestão de contrato compreende o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato e à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do STJ.	Como resultado do trabalho espera-se um aprimoramento do processo de gestão e fiscalização dos contratos de terceirização de mão de obra do Tribunal, através da padronização e simplificação das atividades, auxiliando na efetividade das contratações.
CEFOR; SAD; ACD; AGS e AGE	01/08/2025	31/08/2025	21	" avaliar, com base em riscos, se as estruturas e os processos de governança e gestão de aquisições do Superior Tribunal de Justiça (STJ) existem e estão em efetivo funcionamento e em conformidade com os normativos e as boas práticas que regulamentam a temática apresentada."	
SGP	01/07/2025	19/12/2025	5	Avaliar os procedimentos adotados pela Administração na correção de falhas e inconsistências detectadas pela Auditoria no cálculo da indenização de férias de servidores.	Padronização e aprimoramento dos controles internos pertinentes ao processo de trabalho de indenização de férias de servidores.
SIS	07/01/2025	30/06/2025	5	Avaliar a implementação das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 7/2022.	"*Corrigir inconformidades mapeadas no pagamento da contribuição mensal e custeio do Pró-Ser; * Implementar melhorias identificadas no processo de trabalho concernente."
CEFOR; GDG; OUV; SGP; AEC e SAD	07/01/2025	30/06/2025	15	Examinar a conformidade das normas e dos processos que compõem o Sistema de Prevenção e Combate do Assédio e da Discriminação instituído pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ nos termos da Resolução CNJ n. 351 de 28 de outubro de 2020.	"*Propiciar um ambiente de trabalho digno, seguro, e saudável para todo o corpo funcional do STJ; *Minimizar e/ou eliminar situações de riscos de assédio no ambiente organizacional; *Fortalecer a imagem do STJ a boas praticas no enfrentamento ao assédio e à discriminação. "
GDG; AGE; CEFOR e SGP	01/07/2025	19/12/2025	20	Monitoramento da avaliação da aderência do Superior Tribunal de Justiça à Política e Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, com aplicação das ferramentas metodológicas apropriadas para aferir a existência de ambiente interno de incentivo às práticas previstas na Política e no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE).	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e corrigir desigualdades e práticas discriminatórias; • Aprimorar políticas, metodologias e procedimentos de diversidade e equidade; e • Promover uma cultura organizacional mais inclusiva;
STI	07/10/2025	14/11/2025	30	Avaliar a eficiência e a eficácia dos controles internos relacionados aos riscos estratégicos de TIC, com vistas a aumentar a segurança e a eficiência operacional no cumprimento das ações do PDTIC	Aprimoramento da gestão das ações e recursos de TIC contribuindo para o fortalecimento da governança corporativa e de TI.
STI	07/07/2025	29/08/2025	20	Avaliar as políticas, a adequação das ações de TIC, bem como a adequação da força de trabalho para a promoção de acessibilidade de pessoas com deficiência (internos e externos) nos sítios e sistemas do STJ.	Agregar valor ao Tribunal, por meio do aprimoramento da inclusão social, do cumprimento às leis e regulamentos, da otimização recursos e redução de barreiras promovendo ambiente inclusivo com as devidas adaptações tecnológicas e melhorias constantes.

D - Monitoramentos

Unidade monitorada	Período previsto de realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
STI	09/06/2025	30/07/2025	25	Avaliar a efetividade dos controles internos de Segurança da Informação e Segurança cibernética praticados no Tribunal observando os controles Inventário e Gestão de Ativos Corporativos, Gestão de Ativos de Software e Gestão de vulnerabilidades, previstos no framework CIS Controls, bem como as diretrizes estabelecidas, para a Segurança da Informação, no âmbito do Judiciário, contidas na Resolução CNJ n. 396/21	Agregar valor ao Tribunal promovendo um ambiente mais seguro, eficiente e confiável, por meio do fortalecimento da capacidade do Tribunal de proteger suas informações, bem como cumprir a missão institucional.
STI	14/04/2025	23/05/2025	20	Avaliar a gestão dos ativos de informação do STJ considerando os aspectos de governança, qualidade, bem como a conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).	Agregar valor ao Tribunal, por meio da melhoria na qualidade dos dados, no aprimoramento dos controles de segurança da informação, assegurando a conformidade legal e o fortalecimento da credibilidade do STJ.
GDG; SPJ; SCO; SEBRI; SAD; CEAR; CEFOR; ACIN e CSIN	03/11/2025	12/12/2025	12	Avaliar a conformidade dos atos e procedimentos relacionados à prevenção e ao combate a incêndios e à respectiva continuidade de negócios, mediante sinistro, no STJ.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração, dar suporte às decisões e promover a defesa do patrimônio do STJ (pessoas e bens).
STJ	01/12/2025	15/12/2025	16	Avaliar o atendimento da conformidade dos atos e procedimentos	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração.
SPF; GDG; AUD; SOF; STI; SAD; CPEX e GSP	05/05/2025	30/05/2025	12	Analisar a conformidade da gestão e dos pagamentos de precatórios e RPVs no STJ.	Assegurar a transparência e a responsabilidade na administração, bem como dar suporte às decisões, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos.

E - Consultorias

Item	Objeto	Unidade Responsável		Unidade consultante	Período previsto realização		PDA's previstos	Breve explicação do objeto	Resultados/Benefícios esperados com a ação
1	Execução contratual	CAUC	SADEC	SAD	01/08/2025	29/11/2025	70	A gestão de contrato compreende o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato e à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do STJ.	Como resultado do trabalho espera-se um aprimoramento do processo de gestão e fiscalização dos contratos de terceirização de mão de obra do Tribunal, através da padronização e simplificação das atividades, auxiliando na efetividade das contratações.
2	Planejamento - Contratações e Aquisições	CAUC	SALIC	SAD	01/08/2025	19/12/2025	180	consultoria sobre tema relacionado ao planejamento das contratações o STJ em conformidade com a legislação vigente.	Agregar valor para Administração auxiliando no aprimoramento das etapas relacionadas a fase preparatória.
3	Facilitação - Planejamento de Contratações e Aquisições	CAUC	SALIC	SAD	07/01/2025	19/12/2025	5	Avaliar temas/objetos relativo ao planejamento da contratação, quando solicitada pela Administração.	Agregar valor para Administração auxiliando no aprimoramento das etapas relacionadas a fase preparatória.
4	Facilitação em Gestão de Pessoas	CAUP	SADIP	SGP	07/01/2025	19/12/2025	10	Orientar a Secretaria de Gestão de Pessoas referentes aos processos de trabalhos afetos à área de pessoal.	Agregar valor para Administração.
5	Qualidade de vida dos servidores	CAUP	SADEP	SGP	01/08/2025	19/12/2025	80	Auxiliar a Administração a identificar e implementar práticas que melhoram o bem-estar físico, mental e social do corpo funcional do STJ.	Entre os principais benefícios esperados destacam-se o aumento da motivação, a redução do absenteísmo, o incremento da produtividade, o fortalecimento do engajamento e a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e harmonioso. Esses resultados contribuem diretamente para a eficiência e a eficácia das atividades institucionais.
6	Consultoria de facilitação em Governança e Gestão de TI	CAUT	SAETI	STI	27/01/2025	20/02/2025	50	Avaliar como a governança e a gestão de TI estão contribuindo, para alcançar os objetivos estratégicos e táticos do Tribunal, medindo sua eficiência e eficácia e apontando oportunidades de melhoria.	Agregar valor ao Tribunal, por meio de aconselhamentos com o objetivo de aprimorar os processos e controles de TI.
7	AUDPrevine - Sistema de Auxílio a Auditoria	CAUT	SAGTI	STI	07/01/2025	18/12/2025	245	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o AUDPrevine; Desenvolvimento de novas trilhas para Auditoria Contínua e Auditoria Preventiva; Manutenções corretivas e preventivas.	Melhoria dos processos de auditoria; Aumento da capacidade operacional e diminuição de Riscos no processos internos da AUD

Anexo II Plano de Gestão – 2025

PRODUTO		AÇÃO	KPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO PREVISTO
01	Execução do Manual de Seleção dos Objetos de Auditoria com base em riscos	AE - Revisar o Universo de Auditoria	3.6	5	CAUC	15/01/25 a 15/02/25
		AE - Classificar os objetos de auditoria com base em riscos	3.6	5	Coordenadorias	15/02/25 a 31/06/25
02	Política de uso de ferramentas tecnológicas no âmbito da AUD	Padronizar a adoção e a utilização das ferramentas tecnológicas colocadas à disposição dos auditores internos (Teams, Drive H, E-mail e outros).	2.8	5	CAUT / Gabinete	07/01/25 a 31/03/25
03	Revisão do Padrão de Planejamento	Inserir fase para comparação de recursos requeridos para execução do planejamento.	3.3	3 e 5	Gabinete	07/01/25 a 28/02/25
		AE – Revisar modelos de Plano Diretor e Plano Operacional, conforme diretrizes do IA-CM	3.4	9		
04	Sistema informatizado para gerenciamento da atividade de AI	Definir qual o sistema informatizado de apoio ao gerenciamento da Atividade de Auditoria Interna será adotado na AUD	2.5	9	CAUT e CAUC	07/01/25 a 30/04/25
05	Matriz de Riscos	AE - Desenvolver as matrizes de riscos dos principais processos de Trabalho da AUD: a) Processo de Auditoria b) Processo de Consultoria em Auditoria c) Processo de Prestação de Contas d) Processo de Análises Mandatórias e) Processo de Monitoramento de Recomendações			b) CAUT c) CAUC d) CAUG e) CAUP f) CAUT	01/07/25 a 31/08/25
06	Execução do Programa de Valorização do Servidor da AUD – PIVAUD	Executar as diretrizes estabelecidas no PIVAUD	3.4	2, 4, 5 e 7	Gabinete	07/01/25 a 30/06/25
07	Execução da Política de Capacitação	AE - Elaborar processo de ambientação do servidor que ingressa na AUD	2.2	2	Gabinete	07/01/25 a 30/04/25
		AE - Estabelecer, em conjunto com o CEFOR, uma trilha de aprendizagem do auditor	2.2	3	Gabinete	07/01/25 a 30/06/25
		Negociar com o CEFOR a possibilidade de reembolso de valores de associação profissional e de certificações.	2.3	4	Gabinete	07/01/25 a 30/06/25
		Realizar as certificações priorizadas no PAC Aud	3.4	6		
		Atualizar levantamento dos principais fornecedores e cursos e verificar se necessita de atualização.	2.3	3		
08	Execução da Política de Comunicação	AE - Organizar e realizar workshop (evento) sobre a Auditoria Interna	2.8	6	Gabinete	01/04/25 a 31/05/25
		AE - Unificar a forma de comunicar às unidades sobre auditorias/monitoramentos a serem realizados	2.8	7	Gabinete	07/01/25 a 30/06/25

PRODUTO	AÇÃO	KPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO PREVISTO	
08	Execução da Política de Comunicação	AE - Elaborar orientações para aprimorar os Relatórios de Auditorias emitidos	2.8	7	Gabinete	07/01/25 a 30/06/25
		Disseminar as informações contidas no PAQMAI para assegurar a qualidade dos trabalhos individuais de auditoria	2.5	8		
		Disseminar o Padrão de avaliação de riscos e controles internos (prática/orientação sobre o levantamento da estrutura de controle).	2.1	3.5		
		Aperfeiçoar os canais de comunicação formais e informais existentes na AUD, de forma a fomentar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua dentro da AI	2.8	7		
		Disseminar as atribuições constantes no Manual de Organização do STJ	2.2	2		
		Disseminar as informações contidas no Plano Diretor, para internalização da visão e da estratégia geral da Auditoria Interna	2.6	2		
		Disseminar as Normas para atividade de Auditoria Interna junto aos auditores	2.9	2		
		Disseminar o Código de Conduta Ética dos Auditores Internos.	2.9	2		
		Disseminar o Estatuto de Auditoria junto aos auditores	2.9	1		07/01/25 a 15/12/25
		Disseminar o Manual de Auditoria	2.2	3 e 4		
		Disseminar o Mapeamento de Atribuições por Produtos - Map na AUD. (Mapa de Competências)	2.2	2		
		Disseminar o método de avaliação do universo de auditoria	2.4	4		
		Disseminar o padrão que trata sobre a elaboração do programa de auditoria	2.5	4		
		Disseminar os preceitos do Estatuto de Auditoria junto aos auditores	2.5	2		
		Disseminar para cada coordenadoria/seção a visão, a estratégia e os resultados esperados dispostos no Plano Diretor da AUD;	2.6	2		
		Divulgar a Missão, visão, Negócio e Fatores críticos a todos os servidores da AUD.	2.9	4 e 5		
Divulgar para a Alta Administração o negócio e a missão da AUD de forma a sensibilizá-la quanto a importância da unidade no atingimento dos objetivos institucionais do Tribunal.	2.9	4 e 5				
Divulgar, para os servidores do STJ e Ministros, a AUD e os seus trabalhos.	2.9	4 e 5				
Divulgar, para toda a organização, o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI.	2.9	4 e 5				

PRODUTO	AÇÃO	KPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO PREVISTO	
08	Execução da Política de Comunicação	Implementar rotina de divulgação contínua dos canais de comunicação existentes na AUD.	2.8	7	Gabinete	07/01/25 a 15/12/25
		Divulgar o Programa de avaliação de controles internos.	2.1	3.4		
		Comunicar internamente a importância da participação de associações profissionais.	2.3	4		
		Comunicar o caráter obrigatório da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética e das Normas no Regulamento Interno da auditoria.	2.5	2		
		Realizar pesquisa sobre a percepção dos auditores quanto à adequação dos recursos e orçamento colocados ao dispor da AUD.	2.7	2		
		Realizar pesquisa sobre o conhecimento do Estatuto de Auditoria Interna.	2.9	2		
		Implementar e utilizar banco de lições aprendidas para divulgar documentos e produtos relacionados aos trabalhos elaborados pelas coordenadorias.	3.5	2		
		Divulgar por meio do AUD Informa os resultados das unidades por meio dos sumários executivos	3.5	2		
		Publicar matérias na página da AUD sobre os relatórios de auditoria que saírem para publicação interna	3.5	2		
		Identificar fornecedores internos e externos de serviços de avaliação e consultoria e estabelecer o processo de compartilhamento de informações.	3.12	4 e 5		
Divulgação interna e periódica dos padrões comportamentais desejados dos auditores.	3.5	3				

Anexo III Plano de Capacitação e Desenvolvimento da AUD – PACAuD 2025

Ações contempladas no PACAuD 2024

Unidade	Ação	Tema estratégico da AUD	Subtema	Eixo	Nº de Vagas	Período previsto para realização
CAUC	Gestão de Riscos	Gestão de Riscos	Gestão de Riscos	Programa de Formação Técnica Especializada	4	Abril
CAUG	Excel	Comunicação e Gestão	Excel Intermediário/Avançado (abrangendo importação de dados; tabela dinâmica; fórmulas e operadores para comparações)	Programa de Formação Continuada	6	Abril
CAUP	Oratória	Comunicação e Gestão	Oratória	Programa de Formação Gerencial	15	Maio
CAUT	Power BI	Comunicação e Gestão	Power BI Avançado	Programa de Formação Continuada	16	Fevereiro

PACauD – Ações Externas

Unidade	Ação Educativa	Nº de Vagas	Período previsto para realização
CAUC	Tesouro Gerencial - introdutório	3	Junho
CAUC	Contratação e Fiscalização de Obras Públicas	4	Maio
CAUC	Certified Internal Auditor (CIA)	8	Março
CAUC	Planilha de Custos e Formação de Preço	4	Setembro
CAUG	Tesouro Gerencial Avançado (empresa: One cursos)	5	Abril
CAUG	Power Query	6	Junho
CAUG	Data Analytics (empresa: IIA)	10	Maio
CAUG	Contabilidade Pública para não contadores	5	Setembro
CAUP	Aplicações de Inteligência Artificial no trabalho de Auditoria	16	Junho
CAUP	Estatística	10	Março
CAUT	Governança de TI (COBIT 2019)	16	Junho



STJ

| Secretaria de
Auditoria Interna



STJ

Secretaria de
Auditoria Interna